



VIOLÊNCIA/ Conforme dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), as mortes em consequência de conflitos agrários dispararam em 2021, passando de nove, nos 12 meses de 2020, para 103, de janeiro a novembro do ano passado

Crimes no campo têm alta de mais de 1.000%

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*
» GABRIELA CHABALGOITY*



As mais recentes atitudes do Legislativo e do Executivo são contra o interesse do meio ambiente e daquelas famílias mais fragilizadas do campo e do agrário, como índios e quilombolas*

Manoel Pereira de Andrade, professor do Núcleo de Estudos da Amazônia da UnB

Os conflitos do campo, causados por disputas de terra ou por outros motivos, são considerados históricos no Brasil. Hoje, em pleno Século 21, o aumento de crimes agrários no país chama atenção da comunidade que vive no campo e depende da terra para sobreviver. O levantamento mais recente da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) indicou que as mortes em consequência de conflitos dispararam em 2021, tendo um aumento de 1.044%, passando de nove, em todo o ano de 2020, para 103 registradas até novembro do ano passado. Ainda que os dados de 2021 não estejam consolidados, é possível notar um aumento da violência no campo em diversas áreas (**ver quadro ao lado**).

Ronilson Costa, integrante da coordenação nacional da CPT, afirma que os números são subnotificados e essa violência pode ser ainda maior. Para ele, alguns motivos explicam o aumento das mortes nos campos ano após ano. "Está havendo um aumento de ocorrências de violências contra esses povos e comunidades ao mesmo tempo em que ocorrem diversos retrocessos na área. Há uma política constituída de retrocessos às reivindicações das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas", afirma.

De acordo com ele, os cortes feitos pelo governo, em grandes proporções nos serviços de atendimento da demanda dessas comunidades, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), "têm impossibilitado o exercício das utilidades dessas autarquias".

Costa indica que os mais diversos motivos se somam, ainda, à estrutura fundiária que é altamente concentrada no Brasil. "Essa é uma concentração histórica, que se junta também ao fato de que os direitos garantidos na Constituição de quem tem atividade no campo, como

a reforma agrária e demarcação do território, não estão sendo atendidos", critica.

A violência no campo é uma das consequências da produção brasileira ser voltada aos latifúndios, na avaliação do professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPG-Mader/UnB), Sérgio Sauer. Ele destaca que o modelo produtivo agropecuário, com base na Revolução Verde, é baseado em monoculturas e voltado para a exportação.

"Essa parte da produção é altamente concentrada em médias e grandes fazendas, com uma frequente expansão dos cultivos no cerrado. A chamada 'fronteira agrícola' se mantém aberta, com aumento das lavouras e do pasto, gerando conflitos sociais e impactos ambientais. O cerrado foi o bioma mais desmatado entre os anos de 2020 e de 2021", explica.

Piora

E o cenário pode ficar ainda pior, já que em meio ao contexto de aumento de crimes agrários,

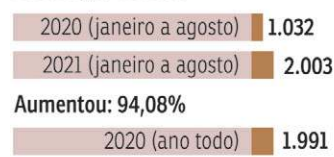
diminui um pouco, mas é uma marca histórica", disse.

Na visão dele, a principal razão que explica isso é a impunidade diante da quantidade de casos. "São poucos os casos de mandantes ou executores julgados e condenados por crimes no campo; e quando isto acontece, os processos judiciais são intermináveis, levando a 'um esquecimento' dos crimes. Segundo, a gestão ou governança das terras é profundamente desigual. As regras e leis são frequentemente

Evolução dos conflitos

Levantamento da Comissão Pastoral da Terra aponta que os números de diversos crimes no campo, de janeiro a agosto de 2021, superaram os números de todos os meses de 2020

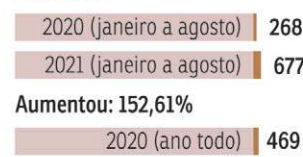
Destruição de casa



Destruição de pertences



Expulsão



Grilagem



Impedimento do acesso às áreas de uso coletivo



Pistolagem



*Número em famílias

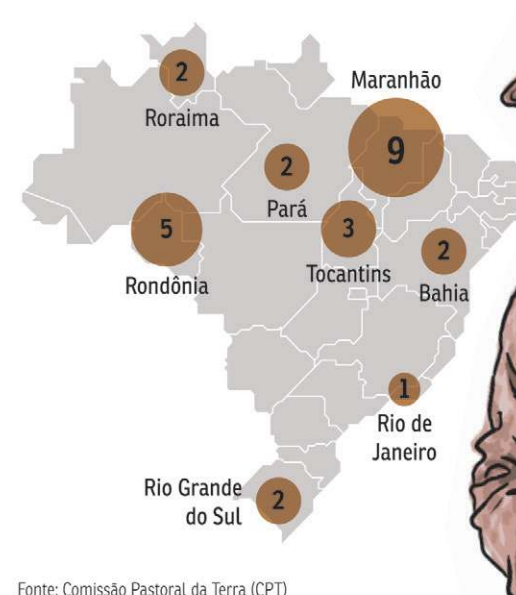
Mortalidade

Até novembro de 2021, foram registrados 26 assassinatos relacionados aos conflitos no campo. Em comparação com todos os crimes no campo registrados em 2020, o número representa aumento de 30%

Quem são as vítimas



Onde ocorreram



tramitam na Câmara dos Deputados projetos de lei, como o 191/20, que permite a mineração em terras indígenas, por exemplo. Professor do Núcleo de Estudos da Amazônia da Universidade de Brasília (UnB), Manoel Pereira de Andrade acredita

que esse e diversos outros projetos ambientais que tramitam em seu família, morta a tiros em janeiro, incomodou o Ministério Público Federal (MPF), que abriu requerimento para acompanhar o caso. O crime aconteceu em São Félix do Xingu (PA).

"As mais recentes atitudes do Legislativo e do Executivo são contra o interesse do meio ambiente

e daquelas famílias mais fragilizadas do campo e do agrário, como índios e quilombolas", pontua Andrade. Para Ronilson Costa, as apostas da economia brasileira têm se voltado muito para a expansão do agronegócio, que se dá, em grande medida, sob os

territórios tradicionalmente ocupados por esses povos. "Tudo isso são motivos e causas do aumento dessa violência", indica o integrante da CPT.

*Estagiárias sob a supervisão de Rosana Hessel

Impunidade aumenta insegurança e solução deve ser sistêmica

Por mais que os números de violência no campo ainda estejam em ascensão, esse não é um tipo de repressão que começou agora no Brasil. De acordo com o professor Sérgio Sauer, da Universidade de Brasília (UnB), essas perseguições são históricas, principalmente em alguns estados, como no caso do Pará, Bahia, Maranhão e Minas Gerais também são outros estados que lideram o ranking desses conflitos. "Em determinados momentos, essa violência aumenta, em outros

diminui um pouco, mas é uma marca histórica", disse.

Na visão dele, a principal razão que explica isso é a impunidade diante da quantidade de casos. "São poucos os casos de mandantes ou executores julgados e condenados por crimes no campo; e quando isto acontece, os processos judiciais são intermináveis, levando a 'um esquecimento' dos crimes. Segundo, a gestão ou governança das terras é profundamente desigual. As regras e leis são frequentemente

flexibilizadas e alteradas para facilitar a grilagem (apropriação ilegal de terras públicas e de uso comum)", explica.

Um levantamento da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) aponta que menos de 10% dos assassinatos desde 1985 foram, de fato, punidos. "A impunidade em qualquer circunstância é um estímulo. Seja no campo, na cidade, ou em qualquer lugar", avalia Ronilson Costa, integrante da coordenação da CPT. A impunidade acerca do caso do

assassinato do militante ambientalista José Gomes e de sua família, morta a tiros em janeiro, incomodou o Ministério Público Federal (MPF), que abriu requerimento para acompanhar o caso. O crime aconteceu em São Félix do Xingu (PA).

Solução

Sobre uma possível solução para o problema, ou, ao menos, o início de uma perspectiva de melhoria, os especialistas acreditam que

a reforma agrária é uma opção. "A terra não é fruto do trabalho, é um bem comum. Temos que produzir e exportar sim, agora temos que produzir comida, algo que chegue à mesa da população, uma comida sadia, sem agrotóxico. Não é para a reforma agrária ser feita, na Amazônia, em cima de terras indígenas, tem que ser feita onde está o trabalhador e a trabalhadora, é ali que ele conhece o solo e o clima. Precisa, ainda, ser acompanhada de educação, saneamento e políticas agrícolas", declara o especialista em estudos da Amazônia Manoel Pereira

de Andrade, da UnB.

Sauer ressalta que as soluções não são fáceis, nem devem ser de curto prazo, mas sistêmicas. "É necessário retomar as políticas de fiscalização e controle ambientais (não há qualquer controle do desmatamento; as outorgas para irrigação em grande escala não têm fiscalização; há uso excessivo de venenos etc.) e fundiárias (reconhecimento de direitos territoriais; e desapropriação para fins de reforma agrária", acrescentou. (MEC, GB e GC)

>> DEUNO www.correiobraziliense.com.br

Brasil recebe grupo de 47 ucranianos

Um grupo de 47 ucranianos que estavam na Polônia chegaram ontem ao Brasil, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. O Itamaraty informou que eles foram apoiados pela força-tarefa da Embaixada do Brasil em Varsóvia. O consulado providenciou os documentos e demais trâmites necessários para a viagem. Portaria interministerial de 3 de março garante visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos ucranianos.

TSE registra baixa adesão de jovens

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que emitiu 96.425 novos títulos de eleitor para jovens entre 15 e 18 anos de idade entre os dias 14 e 18 de março, após campanha nas redes sociais. Até o momento, pouco mais de 830 mil jovens entre 16 e 17 anos têm o título de eleitor, segundo a Justiça Eleitoral. Esse é o menor dado já registrado para essa faixa etária nos últimos 30 anos. Para votar nas eleições de outubro, é preciso emitir o documento até o dia 4 de maio.

IBGE divulgará dados sobre orientação sexual

Em decisão inédita, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resolveu divulgar os dados sobre orientação sexual dos brasileiros. De acordo com o órgão, o levantamento será lançado em 25 de maio, na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), feita em 2019, em parceria com o Ministério da Saúde. A decisão ocorre após a entidade ser questionada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a ausência de perguntas sobre a população LGBTQIA+ no Censo Demográfico que será realizado em 2022.